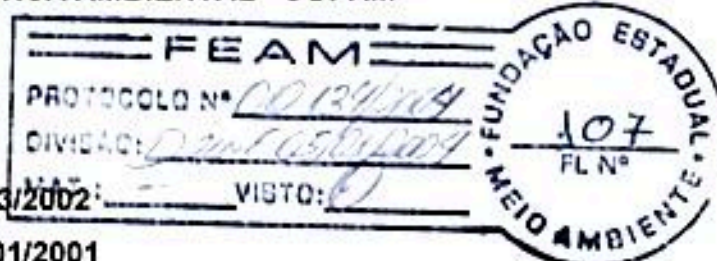


ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
JOÃO PAULO CAMPELLO DE CASTRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
Processo: 00004/1998/0032003
Documento: 000134/2004
Pág.: 000

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE ATIVIDADES DE INFRA-ESTRUTURA
DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM

Ref. Auto de Infração n. 1163/2002
Processo n. 317/2001/001/2001



TENNESSEE EMPREENDIMENTOS LTDA., sociedade estabelecida a Av. Afonso Pena n. 262/2109, Centro, Belo Horizonte, neste Estado, por seus procuradores infra-assinados, inconformada, concessa venia, com a r. decisão da Eg. Câmara de Atividades de Infra-Estrutura do COPAM em lhe aplicar três multas em decorrência do Auto de Infração 1163/2002, no valor de R\$ 36.471,41 (trinta e seis mil, quatrocentos e setenta e um reais e quarenta e um centavos), cada, vem, tempestivamente, com fundamento no artigo 32 item II do Decreto 39.424/98 apresentar o seu

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

pelos fatos e fundamentos que a seguir articula.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Belo Horizonte, 5 de janeiro de 2004

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
JOÃO PAULO CAMPELLO DE CASTRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS



pp. João Paulo Campello de Castro

OAB/MG 10.660


pp. Daniel Saliba de Freitas

OAB/MG 83.815

I - Breve Relato

Através do ofício COPAM/FEAM n. 1293/2003 de 05.12.2003, a Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM comunicou à recorrente a aplicação das seguintes multas em decorrência dos seguintes fatos constantes do Auto de Infração n. 1163/2002:

- a) *"implantação de loteamento, já em processo de ocupação, sem a Licença de Instalação – LI e sem a Licença de Operação – LO" (item 1 do § 3º do Decreto n. 39.424/98).*
- b) *"realizar atividade que cause degradação ambiental" (corte de Floresta Atlântica Semidecidual para abertura de sistema viário; intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APPs) de nascente e curso d'água) (item 6 do § 3º do Decreto n. 39.424/98).*
- c) *"ausência de infra-estrutura sanitária com o lançamento do esgoto "in natura" em curso d'água (item 8 do § 3º do Decreto n. 39.424/98).*

Conforme, no entanto, a recorrente irá demonstrar, não é legalmente cabível a aplicação destas penalidades à mesma, devendo o Auto de Infração n. 1163/2002



ser sumariamente arquivado.

1. IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO, JÁ EM PROCESSO DE OCUPAÇÃO, SEM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI E SEM A LICENÇA DE OPERAÇÃO

Em primeiro lugar, não houve a indicação no referido Auto de Infração do fundamento legal para a autuação da recorrente pelo fato de instalar o seu empreendimento sem a Licença de Instalação LI, **razão pela qual não poderia lhe ser aplicada qualquer penalidade por este fato.** Neste ponto, a própria ilustre Assessoria Jurídica da FEAM concorda conforme se observa do Parecer Jurídico anexado ao processo administrativo.

Em segundo lugar, com referência ao fato de ter supostamente operado o empreendimento sem a Licença de Operação - LO, **a recorrente sustenta que não o estava operando.**

O empreendimento imobiliário da recorrente se encontrava regular visto que a planta do loteamento havia já sido aprovada pelo Prefeito Municipal e levada a registro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca competente.

A zelosa fiscalização do órgão ambiental verificou através de regular Auto de Fiscalização que já existiam construções edificadas por promitentes compradores no loteamento da recorrente e que este fato caracterizava a operação do empreendimento.

Tal entendimento da fiscalização deste órgão ambiental, acredita-se, decorre de

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
JOÃO PAULO CAMPELLO DE CASTRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS



disposição da Deliberação Normativa – COPAM n. 58 de 28.11.2002, que é, com a devida vênia, contrária ao Direito, inadequada juridicamente, e até mesmo motivo para hoje (05.01.2004) existir uma Comissão de juristas e técnicos para propor alteração da mesma e bem como em outros artigos desta Deliberação..

Prevê o artigo 5º desta Deliberação Normativa que estabeleceu normas para o licenciamento ambiental de loteamentos do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais:

Art. 5º. - A ocupação de lotes por edificações para fins residenciais configura, para efeito desta Deliberação Normativa, a operação do empreendimento.

Pelas regras do Direito Civil, quando o promissário comprador adquire um lote de um determinado empreendimento imobiliário passa a deter o domínio e a posse do mesmo.

O fato, portanto, do promissário comprador poder construir no seu terreno decorre do direito de propriedade, consubstanciado no domínio e na posse.

No presente caso, quem ocupou os lotes e construiu, ou seja, quem praticou o fato (operação do empreendimento), tipificado no artigo 5º da Deliberação Normativa/COPAM n. 58/2002 não foi a recorrente e sim os promissários compradores.

Qualquer fato que seja considerado pela lei como infrator, para a sua punição, dever-se-á comprovar a sua autoria.

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
JOÃO PAULO CAMPELLO DE CASTRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS



A autoria do fato descrito no Auto de Infração, ora impugnado, é sem qualquer dúvida dos promissários compradores, razão pela qual deverá ser descaracterizada a infração gravíssima atribuída à recorrente de operar sem a Licença de Operação.

**2. "REALIZAR ATIVIDADE QUE CAUSE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL"
(CORTE DE FLORESTA ATLÂNTICA SEMIDECIDUAL PARA ABERTURA DE
SISTEMA VIÁRIO; INTERVENÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO
PERMANENTE (APPS))**

A recorrente sustentou em sua defesa administrativa que não realizou atividade que causasse degradação ambiental. No entanto, as suas argumentações não foram acatadas, apesar de prova em contrário.

Assim, à fls. 39 do processo administrativo para aplicação de penalidades, referente ao Auto de Infração impugnado, o Engenheiro Florestal, Dr. Roberto Guimarães Silveira, do Instituto Estadual de Florestas – IEF, através de Parecer Técnico, afirma:

71 do
PT?

"A vegetação é composta de remanescentes de mata de transição e cerrado".

"No que tange às de Preservação Permanente estão devidamente intactas, existindo uma pequena área que foi alagada em função da obstrução do dreno situado na propriedade vizinha, Fazenda da Estiva devido à extração de areia..."

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
JOÃO PAULO CAMPELLO DE CASTRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS



Em depoimento prestado em 21/08/2002, na Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente da Comarca de Pedro Leopoldo, sobre a implantação do loteamento da recorrente, cópia integral esta defesa, o mesmo Engenheiro Florestal afirmou perante a Promotora de Justiça, Dra. Miriam Queiroz Lacerda Costa:

- *“está trabalhando no Posto de atendimento do IEF em Pedro Leopoldo há aproximadamente três anos e dois meses, no cargo de Analista de Biodiversidade II;*
- *esteve no local onde está sendo implantado o Loteamento Manoel Brandão em 20.06.2001;*
- *constatou na ocasião, a presença de um acesso de terra da antiga fazenda, área de vegetação, em sua maioria consistente em pastos, pequenas áreas de transição, uma lagoa artificial, originária de extração de areia;*
- *relativamente à vegetação, verificou que havia o corte de vegetação nos locais de construção das casas, mas somente vegetação rasteira pioneira (invasora, de rápido crescimento): as áreas de vegetação densa, consideradas áreas verdes, estavam intactas, o declarante não observou nenhum curso d’água, nascente, áreas alagadiças (com exceção da área já mencionada da lagoa);*



- *o declarante esclareceu que não considera a vegetação do local como floresta estacional semidecídua em estágio médio a avançado de regeneração, também não considera área de preservação permanente uma área alagada, porque ela é resultante de intervenção antrópica (exploração de areia);*
- *a área da mata existente no local é caracterizada como tipologia florestal tensão ecológica ou mata de transição entre capoeira e cerrado; esta área não é de preservação permanente. (grifou-se)*

Portanto, diante das provas apresentadas, ficou patente que a recorrente não fez interferência em áreas de preservação permanente, nem tampouco efetuou corte de Floresta Atlântica, devendo ser salientado que no âmbito da Secretaria de Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, da qual integra a Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, quem opina sobre questões florestais e áreas de preservação permanente é justamente o Instituto Estadual de Florestas – IEF do qual é servidor o Engenheiro Florestal Dr. Roberto Guimarães Silveira.

Por esta razão, deverá ser descaracterizada a infração gravíssima atribuída à recorrente de realizar atividade que cause degradação ambiental” (corte de Floresta Atlântica Semidecidual para abertura de sistema viário; intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APPs) de nascente e curso d’água) (item 6 do § 3º do Decreto n. 39.424/98).



3. "AUSÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA SANITÁRIA COM O LANÇAMENTO DO ESGOTO "IN NATURA" EM CURSO D'ÁGUA (ITEM 8 DO § 3º DO DECRETO N. 39.424/98).

Quanto a este item repete a recorrente a mesma alegação de que não é de sua autoria o fato descrito no Auto de Infração como de "ausência de infra-estrutura sanitária."

Não existe a tipificação legal de "ausência de infra-estrutura sanitária". O item 8 do § 3º. do Decreto n. 39.424/98 refere-se a:

causar poluição ou degradação ambiental que possa trazer danos à saúde humana;

Não consta do Auto de Fiscalização lavrado pela FEAM que subsidiou a lavratura do Auto de Infração n. 1163/2002 que a recorrente estaria **causando poluição ou degradação ambiental que pudesse trazer danos à saúde humana.**

De fato, o Auto de Infração não especifica quais os danos que poderiam advir à saúde humana, nem sequer qual a população possivelmente atingida. O auto de infração peca também ao não informar qual a poluição ambiental estaria decorrendo da ausência de infra-estrutura sanitária (água?, solo?). A ausência da correta tipificação impede a defesa da empresa, o que, por si só, seria suficiente para anular o auto de infração ora guerreado.

O Auto de Infração n. 1163/2002 também está equivocado quando imputa à empresa fato não praticado por ela. Na verdade, são os respectivos proprietários

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
JOÃO PAULO CAMPELLO DE CASTRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS



dos lotes que estão provocando esta situação de lançamento de esgoto. A recorrente já havia celebrado contrato com a COPASA para o esgotamento sanitário do loteamento, não podendo intervir na ocupação dos lotes (documento em anexo).

Nos termos do CE SPEP 027/2002 (em anexo), que define diretrizes para execução do acordo firmado entre a COPASA-MG e a Tenesse, a implementação da rede pelo empreendedor está condicionada "*à implantação futura do sistema interceptação e tratamento de esgotos pela COPASA-MG, abrangendo outros bairros da região...*". Assim, a implantação da infra-estrutura sanitária depende de ação coordenada pela COPASA-MG. A COPASA reconhece, todavia, a possibilidade de se realizar a construção de moradias antes da implementação do sistema de tratamento de esgoto, desde que haja a implantação de sistemas estáticos individuais:

"... o esgotamento sanitário da área poderá ser feito, em caráter provisório, através de sistemas estáticos individuais (CE SPEP 027/2002)."

Como se vê, caberia a cada promissário-comprador que optou pela antecipação da construção de sua moradia o dever de dotá-la de infra-estrutura sanitária provisória, afinal, o empreendedor não mais possuía qualquer poder sobre os imóveis vendidos.

Por esta razão, deverá ser descaracterizada a infração gravíssima atribuída à recorrente de "ausência de infra-estrutura sanitária com o lançamento do esgoto "in natura" em curso d'água (item 8 do § 3º do Decreto n. 39.424/98).

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
JOÃO PAULO CAMPELLO DE CASTRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS




CONCLUSÃO

Pelo exposto, requer a esta Eg. Câmara que, acolhendo as razões aqui aduzidas, seja determinado o arquivamento do Auto de Infração n. 1163/2002.

Belo Horizonte, 5 de janeiro de 2004

pp. João Paulo Campello de Castro
OAB/MG 10.660


pp. Daniel Saliba de Freitas
OAB/MG 83.815